

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**O voo do pato: a atuação política da Federação das Indústrias do
Estado de São Paulo durante os governos Dilma Rousseff (2011-2016)**

Fernanda Fagundes Perrin

Trabalho preparado para
apresentação no VIII Seminário
Discente da Pós-Graduação em
Ciência Política da USP, de 9 a 11
de maio de 2018.

São Paulo

2018

Resumo

Este trabalho apresenta a pesquisa em andamento de mestrado sobre a atuação política da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) durante os governos Dilma Rousseff (2011-2016). O tema se insere na tradição de estudos sobre o comportamento político do empresariado brasileiro, objeto da Ciência Política desde os anos 1950. Ao longo desse período, as análises oscilaram entre uma visão do grupo ora como ativo e coeso, pautando o governo, ora como passivo e desorganizado, a reboque do Estado. O período Dilma abre uma nova janela de oportunidade para esse estudo, uma vez que a ex-presidente sustentou uma política econômica que visava promover o crescimento do PIB via impulsão do setor produtivo industrial, valendo-se para isso da criação de incentivos governamentais ao investimento privado. Essa prioridade – simbolizada pelo Plano Brasil Maior – contou em um primeiro momento com o apoio de entidades representativas de empresários, como a Fiesp, o qual foi sendo retirado até culminar em uma participação ativa de parte significativa delas na campanha pelo impeachment. Partindo do caso da federação paulista, o objetivo deste texto é apresentar indicativos desta mudança de posição, diferentes hipóteses para explicá-la e novas perguntas a serem feitas.

1. Introdução

O período de Dilma Rousseff na Presidência da República (2011-2016) foi marcado em seu início pela “nova matriz econômica”, como foi batizado pelo ex-ministro da Fazenda Guido Mantega o conjunto de medidas que visava impulsionar o Produto Interno Bruto (PIB) nacional, e em seu fim por uma tentativa de ajuste fiscal em meio a uma recessão econômica e crise política que culminou no impeachment da presidente. A marca da nova matriz foi o ativismo estatal na promoção do desenvolvimento industrial. Diferentemente de tentativas anteriores, o projeto de Rousseff e Mantega era criar condições que atraíssem e facilitassem o investimento privado e as exportações, em vez de usar a capacidade de investimento do próprio Estado.

Diante da brevidade da duração do plano e do debate em torno da possibilidade de caracterizar essas medidas como desenvolvimentistas¹, Singer (2016) opta pela

¹ Como a nova matriz priorizada o investimento privado em vez do estatal, alguns autores questionam a aplicabilidade do termo “desenvolvimentista” à experiência. Boito Jr. e Berringer (2013), por exemplo,

expressão “ensaio desenvolvimentista” para se referir à experiência, a qual será seguida neste trabalho. As principais medidas colocadas em prática no período foram:

- a) a redução da taxa básica de juros pelo Banco Central, acompanhada pela pressão sobre os bancos privados para que reduzissem o spread;
- b) o uso intensivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para fornecimento de crédito subsidiado, sobretudo por meio do Programa de Sustentação do Investimento;
- c) a desoneração da folha de pagamentos para diversos setores;
- d) o lançamento de uma nova política industrial, batizada de Plano Brasil Maior;
- e) o lançamento do Programa de Investimentos em Logística para aprimorar a infraestrutura;
- f) a redução do preço da eletricidade, visando a redução dos custos de produção;
- g) a desvalorização do real para aumentar a competitividade das exportações;
- h) o controle sobre os fluxos de capital estrangeiro;
- i) a proteção à produção nacional por meio de elevação de impostos sobre importados e políticas de uso de conteúdo local (id., *ibid.*).

Essas ações adotadas estavam alinhadas com as demandas do setor industrial: redução das taxas de juros, ampliação do acesso ao crédito e desonerações tributárias estavam entre as principais propostas defendidas pela Fiesp e pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) à época do primeiro mandato de Rousseff, como demonstram os documentos “Contribuições para uma Agenda de Desenvolvimento do Brasil”, publicado pelo Iedi, e “Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego” – este último, uma síntese de propostas assinada pela Fiesp, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pela Força Sindical, pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes –, ambos de 2011.

A Fiesp e o Iedi reagiram positivamente às medidas adotadas pelo governo no início do primeiro mandato. Tomando como exemplo o Plano Brasil Maior, lançado em agosto de 2011, a Fiesp classificou-o na imprensa como um “início correto” (*Valor Econômico*, 2 ago. 2011) e cobrou mais ações, como a redução do custo da energia elétrica (que viria a ser tomada no ano seguinte). O Iedi, por sua vez, declarou que o plano

caracterizam a política econômica de Dilma como “neodesenvolvimentista”, entendida como o desenvolvimentismo possível dentro dos limites do neoliberalismo.

era “oportuno” e dotado de “pioneirismo”, embora tenha apontado algumas lacunas, como a ausência de ações destinadas ao aumento da produtividade (IEDI, 2011).

O Plano Brasil Maior, portanto, bebe na fonte das propostas unificadas da Fiesp e do movimento trabalhista, base tradicional do Partido dos Trabalhadores. Esse alinhamento mostra que havia uma união entre esses grupos em torno de um projeto de retomada da indústria – cuja participação no PIB está em queda desde a década de 1980 – como forma de gerar desenvolvimento econômico e incremento de renda para a população. Para Singer (2016), esse grupo constituía a coalizão produtivista, que se opunha à chamada coalizão rentista, formada pelo capital financeiro e pela classe média, aliadas em torno do interesse comum em taxas de juros altas e crescimento controlado.

Essa leitura diverge da de Boito Jr. e Berringer (2013), que separam o empresariado em duas frações: uma formada principalmente pelo setor industrial, de mineração, construção e agronegócio, chamada de “burguesia interna”; e a outra formada pelo empresariado associado ao capital estrangeiro, chamada de “burguesia externa”. Para esses autores, a burguesia interna associou-se à baixa classe média, ao operariado urbano, ao campesinato e à massa de desempregados e trabalhadores informais em uma “frente neodesenvolvimentista”, cuja expressão político-partidária era o PT. Embora formada por todos esses grupos, a frente era dirigida pelo empresariado, orientada pela busca de proteção do Estado contra a competição externa, o que se deu por meio de crédito subsidiado do BNDES e compras governamentais, por exemplo. Escrevendo em 2013, e portanto antes da reeleição de Dilma e do processo de impeachment, Boito Jr. e Berringer afirmam que a defesa feita pela frente de Lula e Dilma nos momentos críticos vividos até então, como a crise do mensalão e as disputas eleitorais, evidenciaria que os grupos pertencem a um mesmo campo político.

As duas interpretações apresentadas têm em comum a identificação de uma aliança entre industriais, trabalhadores e PT em torno de um projeto comum. Ao longo da gestão Dilma, contudo, essa união ruiu, e o ensaio desenvolvimentista foi substituído por um projeto de orientação liberal capitaneado pela equipe econômica do ministério da Fazenda de Henrique Meirelles, cujas principais vitórias até o momento foram a aprovação de um teto de gastos públicos e a reforma da legislação trabalhista, a qual atendeu demandas sobretudo de entidades patronais.

Entender esse movimento exige compreender por que o plano construído na aliança entre indústria e sindicatos fracassou. Um indicador relevante para isso é o nível de investimento privado no período, dado que essa foi a ferramenta privilegiada pela nova matriz. Além disso, o ato de investir é um ponto central na medida pode ser usado como forma de veto ao governo por parte dos industriais, uma vez que a retração de investimento pode desestabilizar a economia e, no limite, deflagrar um ciclo recessivo, além de diminuir a arrecadação federal da qual o governo depende (OFFE E WIESENTHAL *apud* BIANCHI, 2010).

Dados reunidos por Serrano e Summa (2015) mostram que, enquanto entre 2004 e 2010 o investimento total (incluindo o público) aumentou a uma taxa média de 8% ao ano, entre 2011 e 2014, o indicador caiu para 1,8%. É necessário, contudo, aprimorar essa análise quando os dados relativos ao investimento privado somente estiverem disponíveis. Outro indicador importante que pode ser analisado são as exportações, as quais também caíram na comparação entre os dois períodos, passando de uma taxa de crescimento de 5,2% ao ano para 1,6% (id., *ibid.*). Com base nesses resultados, os autores concluem que os incentivos governamentais à indústria “serviram apenas para aumentar as margens de lucro em alguns setores”.

Enquanto a economia desaquecia, a coalizão erodia e os primeiros sinais de crise política começavam a aparecer. Nesse sentido, as manifestações de rua de 2013 são um marco, ao trazerem à tona uma insatisfação difusa com o governo e acuar a classe política. A polarização que se intensifica a partir daí resulta em uma disputa eleitoral acirrada no ano seguinte, quando Dilma é reeleita por margem apertada, valendo-se de uma campanha em que negava que o país enfrentava uma crise econômica. Após a vitória, contudo, o discurso muda, e uma nova equipe econômica é escolhida com a tarefa de promover um ajuste fiscal sob o comando do ortodoxo Joaquim Levy – nome bem visto pelo capital financeiro, da onde o economista é oriundo – que substituiu o novo-desenvolvimentista Mantega. Esse movimento marca o abandono definitivo da nova matriz e a adesão de Rousseff ao discurso da coalizão rentista de defesa de um ajuste fiscal.

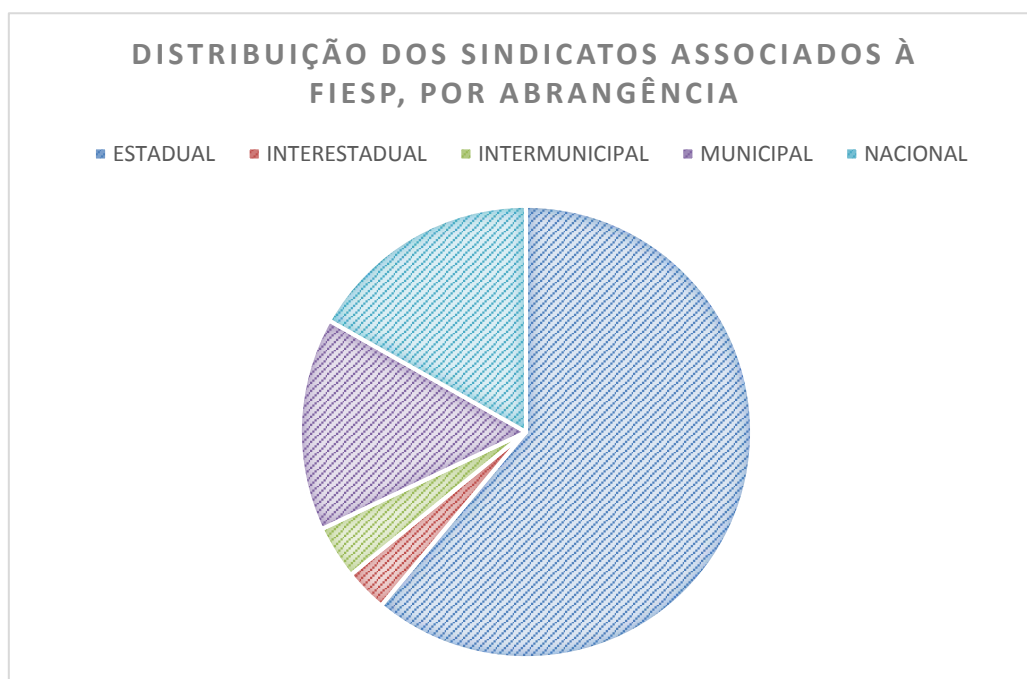
Essa reorientação do governo, entretanto, não foi suficiente para aplacar a deterioração do cenário econômico e político, que culmina na recessão econômica e no impeachment da presidente em 2016. A saída da petista teve apoio maciço do empresariado, cujo exemplo maior foi a campanha ostensiva da ex-aliada Fiesp,

simbolizada por um pato amarelo que de início apenas se opunha ao aumento de impostos, e no final acabou derrubando a presidente.

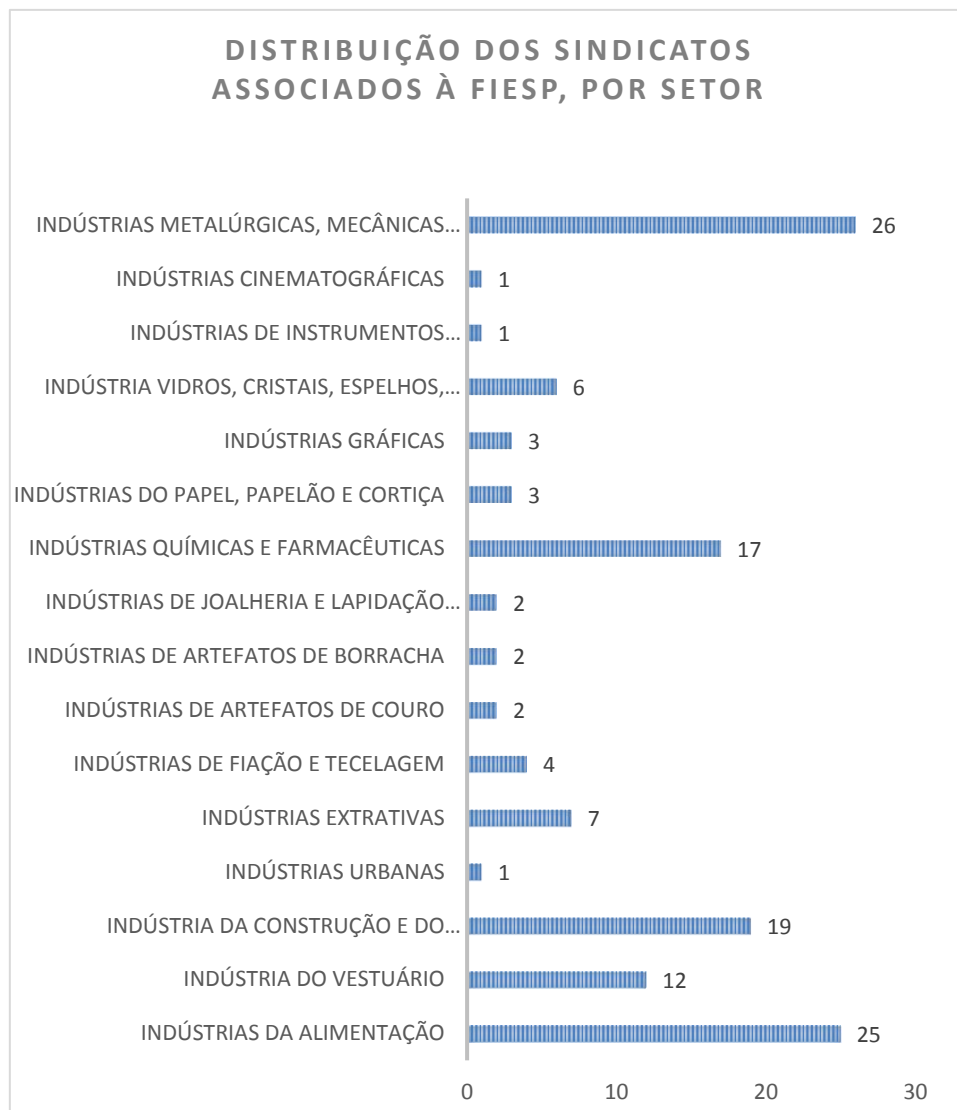
2. A Fiesp em um novo contexto de política industrial

2.1. Raio-X da federação

A Fiesp congrega 131 sindicatos patronais do Estado de São Paulo. Fundada em 1928 como Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (alterado após a criação do sistema de sindicatos, federações e confederações em 1931²), a Fiesp é a maior entidade de classe industrial do Brasil, representando cerca de 130 mil empresas. Os sindicatos associados à federação concentram-se nas atividades de metalurgia, mecânicas e material elétrico, alimentação, construção e mobiliário. A maior parte tem abrangência estadual, mas há também entidades de escopo nacional e municipal, conforme as tabelas abaixo:



² O exame do nascimento e desenvolvimento institucional do chamado complexo Fiesp-Ciesp foge ao escopo desse projeto de pesquisa, que se concentra na atuação política da primeira organização, que assumiu papel preponderante sobre a segunda desde os anos 1950 (BIANCHI, 2010).



Ao longo de sua trajetória, a Fiesp teve uma atuação política relevante em momentos decisivos da história brasileira, como o apoio ao golpe militar de 1964 e ao regime autoritário que se seguiu. A atuação da Fiesp, em termos de lobby e posicionamento político, vem sendo objeto de pesquisas principalmente nas duas últimas décadas. Dentre os autores que se debruçaram sobre o tema, destacamos o trabalho de Álvaro Bianchi, “O Ministério de Industriais” (2010), sobre as disputas internas da Fiesp em torno de um projeto compartilhado pelos industriais paulistas nas décadas de 1980 e 1990. A partir do exame de publicações da entidade e de declarações na imprensa de seus membros, o autor mostra a federação como espaço privilegiado onde diferentes grupos industriais buscam seu domínio de modo a pautar a agenda do setor segundo seus interesses. Foi assim nos anos 1980, com a disputa entre um grupo conservador e subalterno em relação ao governo e um grupo jovem que defendia maior abertura política

e reivindicava maior protagonismo; e nos anos 1990, quando dois grupos principais dividiam-se entre um liberalismo “puro” e um desenvolvimentismo liberal (id., ibid.).

No início dos anos 2000 o grupo até então na direção da Fiesp, presidida à época por Horário Lafer Piva, do Grupo Klabin, é derrotado pela chapa de oposição, encabeçada por Paulo Skaf. O empresário – que diz ter sido um dos poucos empresários a apoiar publicamente Lula em 2002 (*Revista Piauí*, ago. 2014) – foi eleito para a presidência da Fiesp em 2004, em uma disputa altamente politizada, algo pouco comum na história da entidade, contra Cláudio Vaz, o candidato da situação (DINIZ E BRESSER-PEREIRA, 2009). Durante sua campanha, Skaf defendeu uma aproximação do empresariado em relação ao governo, de modo que a Fiesp assumisse um papel de “autoridade produtiva” (DINIZ, 2007). A vitória de Skaf representou o realinhamento do empresariado em torno de uma estratégia política voltada para a recuperação do protagonismo, “tendo mais voz e maior capacidade de expressar e de fazer valer seus interesses no jogo político” (DINIZ, 2010, p. 131). Em síntese, houve para a autora uma inflexão na ação coletiva de industriais em direção a uma estratégia política de independência concomitante a um estreitamento de vínculos com o poder.

Desde 2004, o empresário mantém-se no cargo, com exceção para os períodos em que se licenciou para concorrer ao governo de São Paulo (em 2010, pelo PSB, e em 2014, pelo PMDB – ambos partidos da base aliada do governo federal à época). As quatro reeleições consecutivas (a última ocorreu em agosto de 2017) e a gestão de quase 14 anos foram possíveis após duas alterações no estatuto da entidade. A primeira ocorreu após a primeira eleição de Skaf, para estender o mandato do presidente da entidade de três para quatro anos, com reeleição. A segunda foi realizada em novembro de 2014, quando 92 sindicatos votaram pela prorrogação do mandato de Skaf e da então gestão à frente da entidade até dezembro de 2017. A justificativa apresentada na imprensa para a alteração foi de que uma disputa eleitoral em período de crise econômica enfraqueceria a capacidade da entidade de atuar fortemente em torno do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff (*Valor Econômico, O Estado de S. Paulo*, 24 nov. 2014). Cinco sindicatos foram contrários: Sindicato da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças); Sindicato da Indústria de Máquinas (Sindimaq); Sindicato da Indústria do Açúcar; Sindicato da Indústria do Alcool e do Sindicato da Indústria de Fundição.

A carreira político-partidária de Skaf é um elemento que não pode ser ignorado no exame da atuação da Fiesp. Há 13 anos na presidência da entidade, a imagem pública do empresário mesclou-se com a da federação, despertando críticas de que Skaf se valeria da Fiesp como plataforma de propaganda pessoal de modo oportunista, visando angariar capital político para disputar eleições. Já o empresário Benjamin Steinbruch, presidente da CSN e vice-presidente da Fiesp, elogia o fato de Skaf ter “cruzado a fronteira” para que haja representação empresarial na política em entrevista à *revista piauí*³.

2.2. A Fiesp e Dilma

A política industrial de Dilma Rousseff e sua equipe econômica atendeu em grande medida demandas do setor, sobretudo as que constavam na agenda construída pela Fiesp em parceria com sindicatos. O Plano Brasil Maior, lançado em agosto de 2011, é simbólico dessa sintonia entre o governo federal e a federação, considerado “meritório por manter a indústria na agenda recente das políticas públicas do país” em análise feita pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia da organização. O mesmo documento ainda elogia “o envolvimento pessoal da Presidenta da República, Dilma Rousseff” por demonstrar “a preocupação com o setor industrial, visto como elemento chave no processo de desenvolvimento econômico, político e social do país”. Por outro lado, há críticas, sobretudo a uma suposta timidez do programa, que proporia medidas necessárias, mas não suficientes para alavancar a indústria. Essas ressalvas, contudo, não se sobrepõem aos pontos positivos, e o PBM é bem recebido porque “somente com uma estratégia deliberada de desenvolvimento produtivo é possível atenuar a falta de isonomia que afeta a indústria local frente à dos países competidores”, resume o documento. A desoneração da folha de pagamentos para alguns setores, um dos pontos centrais do PBM, foi elogiada em nota oficial de Skaf, que dizia que o governo estava “no rumo certo”⁴, embora criticasse o veto à desoneração da cesta básica (demanda que acabou sendo atendida posteriormente).

³ A entrevista foi dada à repórter Consuelo Dieguez para um perfil de Paulo Skaf publicado na edição de agosto de 2014 da revista, quando o presidente da Fiesp já estava em campanha pelo governo de São Paulo.

⁴ FIESP. Para Paulo Skaf, Dilma acerta em desonerar a folha de pagamento, mas erra em manter impostos sobre os itens da cesta básica, 18 set. 2012. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/para-paulo-skaf-dilma-acerta-em-desonerar-folha-de-pagamento-mas-erra-em-manter-impostos-sobre-os-itens-da-cesta-basica>. Acesso em: 10 mar 2018.

Em abril de 2012 uma nova análise é publicada pela Fiesp relativa às novas medidas incorporadas pelo governo ao PBM, que atendem em parte às críticas manifestadas pelos empresários em relação ao plano original. Uma dessas mudanças é a ampliação da desoneração da folha num valor estimado em R\$ 17,77 bilhões no que se refere à indústria de transformação entre 2012 e 2014, o que o documento caracteriza como “somente 0,13% do PIB”, cobrando assim desonerações ainda maiores. Outro ponto de destaque é a defesa dos financiamentos do BNDES com aportes do tesouro, afirmando que a concepção de que eles teriam custo fiscal “é equivocada, pois seus impactos sobre as contas públicas são positivos”. Por outro lado, a Fiesp critica o chamado “custo Brasil”, conjunto de problemas que vai da carga tributária à precariedade da infraestrutura, que dilapidariam a competitividade do setor produtivo nacional. A análise também critica o “timing” das medidas, que estariam sendo tomadas “muito tarde” porque o ambiente de negócios se mostrava hostil e seguia se deteriorando, “em função, principalmente, do agravamento da crise internacional”.

A crise internacional já aparecera como a principal preocupação e motivo de pessimismo entre empresários no balanço feito pela Fiesp de 2011 e expectativas para 2012, análise baseada em pesquisa de opinião da entidade com 398 indústrias paulistas. A conclusão do documento é que “as empresas estão conscientes de que podem ser afetadas pela crise econômica internacional em 2012, sobretudo pela redução da demanda interna, e sua principal reação seria a redução produção, afetando investimentos e emprego”. Não há nenhuma menção às medidas tomadas pelo governo Dilma como responsáveis pela piora do desempenho industrial.

Esse balanço não é publicado no ano seguinte. Quando volta a ser publicado, no início de 2014, referente ao ano de 2013 e expectativas para o ano que começava, depreende-se que o ano de 2012 e 2013 foram melhores do que o empresariado esperava, e que para 2014 as expectativas estavam principalmente neutras, com um grupo maior no extremo otimista do que no extremo pessimista.

Ao longo de 2014, a situação econômica começa a se deteriorar de modo mais profundo. Analistas começam a falar em recessão econômica, tema que acaba pautando a disputa eleitoral naquele ano sobretudo na campanha de Aécio Neves (PSDB). A posição da Fiesp nesse contexto continua cautelosa. Exemplo dessa atitude é a relativização da responsabilidade de Dilma pelos problemas enfrentados feita por Skaf:

Ela [Dilma Rousseff] teve pontos positivos e teve problemas, como as reformas estruturais. Mas não são problemas que nasceram com ela. Esses problemas já estavam aí desde a época de Fernando Henrique. Só que agora chegaram ao limite. Fica difícil culpar a presidente pela falta de investimentos na infraestrutura que o Brasil deixou de fazer há 30 anos (*revista piauí*, ago. 2014)

Essa postura moderada se transforma ao longo do segundo mandato de Rousseff. A mudança de posição não se deu apenas em relação à petista, mas também a pontos específicos da política econômica, que passa a ser acusada de intervencionista. Nesse novo contexto, recai sobre Dilma e o PT a responsabilidade pela crise do setor industrial e, posteriormente, pela recessão econômica que se instalou no país a partir de 2014. Menções a problemas estruturais e à crise internacional ficam em segundo plano, quando não desaparecem totalmente. Um exemplo dessa reorientação é a resposta de Skaf quando questionado se a culpa pela crise econômica seria dos empresários, pouco mais de um ano depois da declaração dada à *revista piauí*:

Não há dúvida de que é uma crise causada pelo governo. **A falta de investimentos de grupos estrangeiros ou brasileiros se dá por falta de confiança no governo brasileiro.** Isso inibe o consumo, pois não temos a roda da economia girando. É uma crise econômica que tem tudo a ver com o governo, seja politicamente, seja em relação a suas contas desequilibradas. Essa irresponsabilidade prejudica toda a sociedade brasileira⁵. (*grifo nosso*)

Na mesma entrevista, Skaf ainda afirma que “em vez de vivermos em uma economia de menos governo e mais oportunidade, temos um governo intervencionista” e que “é muito injusto dizer que o capitalismo no Brasil está ligado a favores do governo”. Quando questionado sobre demandas da Fiesp atendidas por Dilma, como a redução das tarifas de energia elétrica, ele rejeita que isso tenha sido um “favor”, mas sim uma necessidade, e não vê na ação um “intervencionismo”.

A guinada da Fiesp na oposição à Dilma começa com a campanha “Não vou pagar o pato”, simbolizada por um pato amarelo, lançada em setembro de 2015 contra a proposta do governo de recriar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) como forma de alavancar a arrecadação federal. A imagem do pato amarelo foi mantida conforme a campanha de oposição à CPMF ampliou-se para uma oposição contra a presidente e a defesa de sua saída do cargo.

⁵ ÉPOCA. Os empresários têm culpa da crise?, 11 dez. 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/12/os-empresarios-tem-culpa-pela-crise-nao.html>. Acesso em 18 abr. 2018.

O apoio oficial à abertura do processo de impeachment aconteceu em 14 de dezembro, três meses depois do lançamento do pato. A posição foi fruto de decisão do comando da entidade, baseada em pesquisa interna realizada pela Fiesp que indicou apoio de 85,4% das indústrias paulistas ao impeachment de Dilma. Segundo a federação, a pesquisa foi feita por meio de questionário enviado a 8.395 indústrias, das quais 1.113 responderam, o que corresponde a 0,7% das 153 mil indústrias em atividade no Estado. O questionário também perguntou se as empresas achavam que a Fiesp deveria se posicionar publicamente sobre o processo – 91,9% responderam que sim, segundo a entidade. Após a reunião em que o apoio foi decidido e anunciado, Skaf declarou, em entrevista a jornalistas, que as razões para o apoio à abertura do processo de impeachment eram:

Devido à situação política e econômica do Brasil, ao momento que nós chegamos, à falta do ajuste fiscal que durante todo ano foi anunciado e não foi feito, ao governo comemorar o estouro das contas de 2105 de R\$ 120 bilhões quando deveria ir a público pedir desculpas à população por estourar as contas, à perspectiva do próximo ano de estouro do orçamento, o Brasil estar crescendo - 3,5% quando o mundo está crescendo 3% e os países emergentes 4%, 5%, oficialmente a Fiesp e o Ciesp aprovaram por unanimidade o apoio baseado na pesquisa que foi feita na nossa base empresarial, o apoio ao processo de impeachment da senhora presidente da República, repito, respeitando os trâmites legais do Congresso Nacional.⁶

Cabe destacar na declaração a ausência de referências às pedaladas fiscais, que foram oficialmente o motivo pelo qual o processo de impeachment foi aberto e a presidente posteriormente afastada, a crítica ao ajuste fiscal e aos gastos públicos, e a ênfase no respeito aos “trâmites legais do Congresso”.

Entre as ações empreendidas pela Fiesp em prol do impeachment, destacamos a instalação de um pato amarelo de 20 metros de altura⁷ em frente ao Congresso Nacional e a compra de anúncios percorrendo 14 páginas dos jornais *Folha de S.Paulo*, *Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Correio Braziliense*, no qual a Fiesp e diversos sindicatos afirmavam:

⁶ FIESP. Fiesp e Ciesp definem apoio a processo de impeachment, 14 dez. 2015. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-ciesp-definem-apoio-a-processo-de-impeachment>. Acesso em: 15 set. 2017.

⁷ FIESP. Pato gigante representa indignação dos brasileiros, diz Skaf, 29 mar. 2016. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/pato-gigante-representa-indignacao-dos-brasileiros-diz-skaf>. Acesso em: 15 set. 2017.

O país está à deriva. A hora de mudança é agora. Dizer SIM ao impeachment, dentro dos parâmetros constitucionais, é dizer NÃO ao descontrole econômico, ao descaso com as empresas, com o emprego e, principalmente com você⁸

Além da imprensa, outro termômetro importante que mostra essa oscilação da Fiesp é a análise de sua atuação nas redes sociais. Braga e Montrose (2016), analisando as páginas oficiais da Fiesp e de Paulo Skaf no Facebook entre a eleição de Dilma em 2014 e a posse de Michel Temer como Presidente da República, observaram que há inicialmente críticas à elevação da taxa básica de juros e à falta de incentivos ao investimento privado, mas que não chega a configurar uma posição de antagonismo ao governo. Em 2015, em meio à crise na base aliada do governo no Congresso, Fiesp e Firjan (a federação de industriais do Estado do Rio) divulgam um “manifesto pela governabilidade” em que fazem um apelo à união entre as diferentes forças políticas em apoio ao então vice-presidente Temer, que assumira a função de coordenação política do governo⁹.

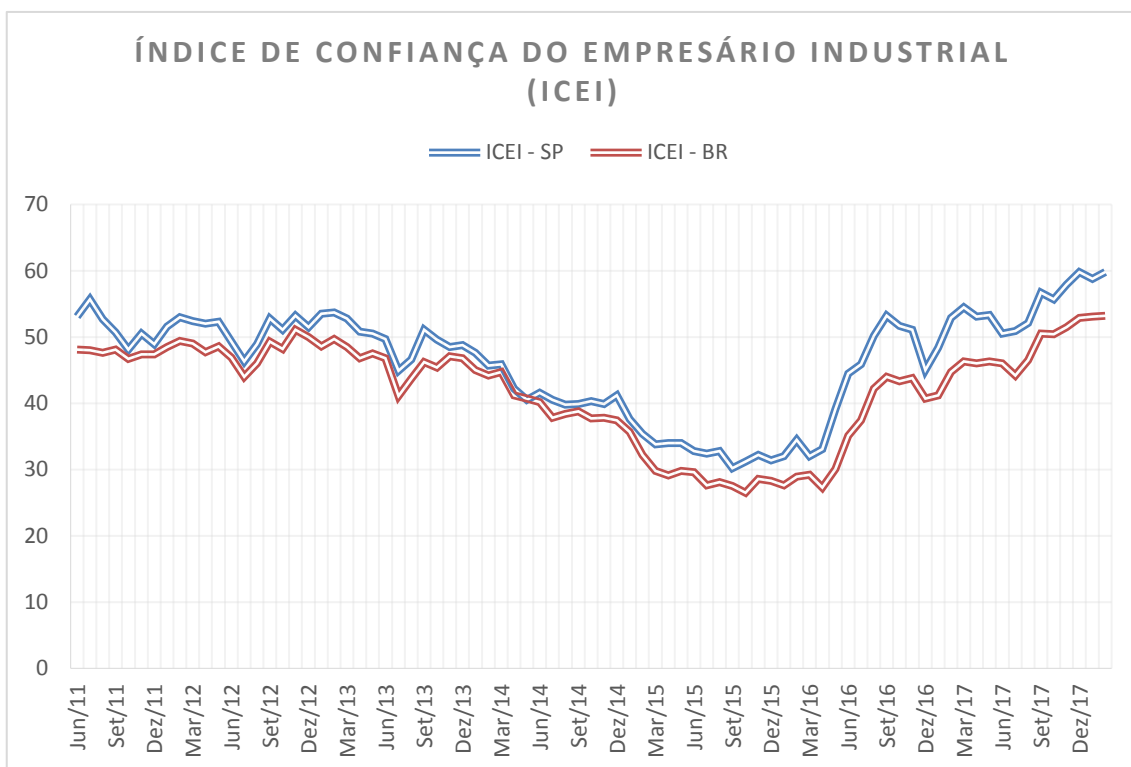
Essa posição ambígua perdura até a divulgação de gravações de conversas feitas pela Polícia Federal entre Lula e Dilma quando logo após o ex-presidente ser nomeado ministro pela petista. Ao mesmo tempo em que a crise política se intensifica, com manifestações de rua capitaneadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL) contra a presidente, as postagens da Fiesp e de Skaf sobem o tom das críticas, e passam a defender abertamente o impeachment, segundo a análise de Braga e Montrose (idem).

Outro dado interessante para entender o comportamento da Fiesp no período é o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), indicador elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com base na pesquisa mensal de sondagem industrial, no qual o principal executivo da empresa responde a perguntas sobre a situação atual de sua empresa, da economia e do país. A Fiesp faz um recorte da pesquisa a nível estadual. O índice varia de zero (menos confiante) a 100 (mais confiante). A série

⁸ FIESP. Fiesp e centenas de entidades publicam anúncio pelo impeachment já!, 29 mar. 2016. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-centenas-de-entidades-publicam-anuncio-pelo-impeachment-ja>. Acesso em: 15 set. 2017.

⁹ JORNAL NACIONAL. Federações das indústrias de SP e do Rio apoiam apelo de Temer por união, 6 ago. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/08/federacoes-das-industrias-de-sp-e-do-rio-apoiam-apelo-de-temer-por-uniao.html>. Acesso em: 18 abr. 2018.

histórica mensal de junho de 2011 a dezembro de 2017 a nível nacional e estadual é fornecida no gráfico abaixo:



O gráfico permite observar que há um declínio da confiança a partir do segundo semestre de 2013, após as manifestações de junho, que se estabiliza pouco abaixo dos 30 pontos entre o começo de 2015 e o de 2016, auge da crise política enfrentada por Dilma Rousseff. A trajetória se inverte em maio de 2016, quando a presidente é afastada pelo Congresso e Michel Temer assume interinamente a Presidência. É interessante notar um certo descolamento entre o Icei brasileiro (mais pessimista) e o paulista (um pouco mais otimista). A partir desses dados, é possível dizer que o crescente descontentamento da Fiesp com o governo federal não foi um movimento descolado da sua base, que também demonstrou insatisfação expressa na queda do nível de confiança de empresários com seu negócio, a economia em geral e o país.

3. Hipóteses

Por que o empresariado industrial retirou seu apoio à Dilma Rousseff e passou a defender o seu impeachment? O que o motivou a mudar de posição em relação a um governo de viés desenvolvimentista cujo programa adotou medidas preconizadas pela própria indústria?

Há fundamentalmente duas hipóteses em resposta a esses questionamentos. A primeira, de natureza política, afirma que os industriais passaram a opor-se ao governo em resposta a um aumento da intervenção do Estado na economia e à crescente mobilização de trabalhadores na forma de greves – ambos os pontos vistos como uma ameaça pelo empresariado – e que por isso frearam seus investimentos como forma de veto (SINGER, 2016).

Já a segunda hipótese, de natureza econômica, afirma que a oposição ao governo foi deflagrada a partir de erros cometidos por Rousseff em sua política econômica que prejudicaram a indústria, quais sejam, a passividade em relação à valorização do real, o que afetou os exportadores e aumentou a competição interna com importados, comprimindo suas margens de lucro e portanto seus investimentos (BRESSER-PEREIRA, 2016), ou o ajuste fiscal promovido no primeiro mandato, reduzindo a demanda agregada e portanto sinalizando uma contração na atividade futura para os industriais, que por isso deixaram de investir (SERRANO E SUMMA, 2015).

A mudança de posicionamento da Fiesp pode ser expressão das hipóteses anteriores, refletindo a mudança de comportamento em sua base por razões políticas ou econômicas. Há, ainda uma terceira hipótese, específica à entidade, que podemos acrescentar a essa lista: a instrumentalização da Fiesp como plataforma política de Skaf com o objetivo de dar projeção ao peemedebista na esteira do antipetismo que mostrava crescente força, sobretudo depois das manifestações de rua pelo impeachment em 2015. Ao colocar a Fiesp na liderança desse movimento – valendo-se inclusive de vultosos investimentos em mídia e campanha de rua –, Skaf buscou para si o holofote da oposição a Dilma Rousseff, cuja rejeição crescia sobretudo nos segmentos de renda média e alta da população, conforme mostraram pesquisas Datafolha realizadas na época¹⁰.

4. Comportamento político do empresariado brasileiro: debates teóricos

Estudos anteriores sobre o comportamento político do empresariado industrial brasileiro oscilam entre uma caracterização do grupo ora como uma categoria forte e mobilizada, que pauta as políticas governamentais a seu favor, ora como uma categoria

¹⁰ Instituto Datafolha. Recorde, rejeição a Dilma atinge 65%, 22 jun. 2018. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/06/1646136-recorde-rejeicao-a-dilma-atinge-65.shtml>. Acesso em: 18 abr. 2018.

passiva e desorganizada, que atua a reboque do Estado. Essa tradição data da década de 1950 e, desde então, um grande volume de trabalhos sobre o tema vem sendo publicado.

Em seu balanço da literatura sobre o tema, Wagner Mancuso (2007) identifica cinco “ondas” de trabalhos, que se alternam em sua caracterização dos industriais como fortes e organizados ou fracos e fragmentados politicamente. A primeira delas, que data dos anos 1950, tem como expoentes Hélio Jaguaribe e Néelson Werneck Sodré. Esses autores viam no empresariado industrial nacionalista e de grande porte um grupo forte capaz de liderar uma aliança com trabalhadores para a modernização do país contra o setor agrário-exportador tradicional.

Já a segunda onda, que data dos anos 1960 e 1970, desconstrói essa visão. De acordo com essas obras, os industriais são incapazes de exercer esse papel de liderança porque são um grupo fraco, que prefere aliar-se ao Estado e ao capital estrangeiro do que a forças populares, além de não antagonizarem os interesses de setores tradicionais.

Para Fernando Henrique Cardoso (1964), o principal expoente dessa visão, isso acontece, dentre outras razões, porque o empresariado industrial brasileiro seria uma camada recente e heterogênea, formada tanto por imigrantes quanto por membros de famílias ligadas ao setor agrário-exportador. Em razão dessa diversidade, não seria possível identificar um denominador comum em termos de valores que unificasse esse empresariado, o que dificultava a formação de uma ideologia industrial que norteasse seu comportamento político. Essa problemática reflete-se nas associações de classe, vistas com desconfiança pelos empresários, que as enxergam como meros instrumentos de defesa dos interesses de seus dirigentes, segundo Cardoso. O empresariado industrial seria, portanto, caracterizado por um baixo grau de controle político em relação ao Estado. No entanto, o autor identifica um subgrupo de industriais, ligados ao capital estrangeiro, cuja mentalidade difere da massa do empresariado por ter um denominador comum – “propriedade, democracia e prosperidade” – que se expressa na condenação do intervencionismo estatal e na defesa do capitalismo e da democracia, o que se traduz em uma mudança na atitude diante da ação política.

Em síntese, em uma conjuntura marcada pelo subdesenvolvimento, Cardoso identifica duas contradições fundamentais que condicionam o comportamento político do empresariado industrial brasileiro: (a) a dependência ou do Estado ou do capital estrangeiro, sem que estes deixem de ser encarados em algum grau como uma ameaça;

(b) a dependência do mercado interno, cuja ampliação depende do atendimento a reivindicações populares, o que por sua vez também é visto como uma ameaça, mas que por outro lado se não efetivado resulta em imobilidade. Essas contradições conformariam um movimento pendular no comportamento político dos industriais, no qual eles acabariam voltando-se “imediatamente depois de qualquer passo adiante contra seus próprios interesses, recuando um pouco no presente para não perder tudo no futuro” (idem, p. 186).

Já Luiz Carlos Bresser-Pereira (1974) discorda de Cardoso ao defender que o empresariado industrial teve um papel ativo na defesa do desenvolvimento econômico nacional por meio da indústria. O autor também afirma que o grupo percebeu que para alcançar esse objetivo seria necessária uma parceria com o Estado, o que teria se efetivado sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, quando o governo passou a atuar diretamente em setores estratégicos, como energia e siderurgia, e a proteger a indústria nacional impondo tarifas a produtos importados. Em relação às reformas sociais, Bresser-Pereira afirma que os industriais adotaram uma posição de reserva, mas não de resistência geral. Assim, ele vê no grupo um comportamento político renovador, embora cauteloso.

Esse papel – que o autor chega a caracterizar como “revolucionário” – é perdido quando a industrialização vence o debate como caminho de desenvolvimento e os industriais tornam-se a classe dominante, movimentos que acontecem a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Com isso, o empresariado industrial une-se ao grupo agrário-exportador e a comerciantes, que compartilham o interesse no desenvolvimento do mercado interno. Soma-se a esse quadro a crescente mobilização operária, percebida como uma ameaça em comum por esses grupos. Assim, os industriais se aglutinaram em torno dos demais grupos produtores e acomodaram-se politicamente, no sentido de trocarem a defesa de mudanças pela preservação das vantagens obtidas, migrando, portanto de uma posição de esquerda para uma de direita (BRESSER-PEREIRA, 1974).

Eli Diniz e Renato Boschi (1978) e Sebastião Velasco e Cruz (1978) também veem os industriais como um grupo ativo politicamente desde seu surgimento. Mancuso enquadra esses autores como exportes da terceira onda, entre o final dos anos 1970 e o início da década de 1990. Em comum, esses trabalhos defendem que os industriais sempre tiveram uma atuação política, mesmo que dentro de certos limites, e que chegaram a unir-

se com sucesso em momentos sensíveis da política nacional, como o golpe militar de 1964 e a Assembleia Constituinte entre 1987 e 1988 (MANCUSO, 2007).

Diniz (2010) afirma que os industriais desempenharam um papel fundamental na sustentação política do modelo nacional-desenvolvimentista baseado na substituição de importações até os anos 1980. No plano ideológico, a autora identifica um denominador comum que perduraria desde a década de 1930: um pragmatismo “caracterizado por sucessivas adaptações a posturas de maior ou menor alinhamento com um papel mais ativo do Estado” (idem, p. 102). Ao mesmo tempo, a autora defende que os industriais, por terem se constituído enquanto ator político fora da arena parlamentar-partidária, desenvolveram uma atuação baseada na defesa de interesses particulares e de curto prazo, tendo dificuldade para formular uma agenda comum ao grupo com propostas de alcance geral (DINIZ E BOSCHI, 1993).

A atuação do empresariado industrial durante o período de abertura política, a partir do governo Geisel (1975-1978), motivou a revisão da tese de debilidade política do grupo. Assim, Cardoso (1983) observa que os industriais buscaram influir na esfera política durante o período autoritário seja de modo mais corporativo, por meio de “anéis burocráticos”¹¹, seja de modo propriamente político, manifestando-se publicamente contra a estatização da economia. Para compreender essa mudança de posicionamento, Cardoso discute a interpretação de Carlos Lessa (1980), para quem a campanha contra o Estado-empresário foi deflagrada após os industriais verem no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), lançado em 1974, o início de um processo irreversível de estatização, que assustava sobretudo os setores ligados ao capital estrangeiro e o financeiro, no contexto de um Estado autoritário. Foi essa percepção, no plano ideológico, que explica o aparente paradoxo de os industriais se voltarem contra um plano que objetivava favorecer o crescimento industrial (CARDOSO, 1984).

O empresariado vai avançar a ruptura com o nacional-desenvolvimentismo na redemocratização. Na Assembleia Constituinte (1987-1988), os industriais, por meio de representantes diretos e entidades de classe, defenderam uma redução do Estado e um

¹¹ O conceito de “anéis burocráticos”, criado por Cardoso, designa uma “vinculação da classe empresarial com o Estado, para exercer pressões sem passar pela articulação autônoma da sociedade civil mas, ao mesmo tempo, construindo trincheiras no Estado para a luta em defesa de seus interesses econômicos” e seriam formados “no interior do aparelho do Estado sob condução de algum funcionário-aliado e é por intermédio deles que o empresariado faz sua política nos regimes autoritários” (CARDOSO, 1984, p. 13).

fortalecimento do mercado. Para Diniz (2010), isso demonstra uma adesão ideológica do empresariado à visão liberal, que se consolidaria nos anos 1990, com as reformas neoliberais. Essa inflexão, contudo, não representou uma substituição do projeto nacional-desenvolvimentista por um projeto liberal entre os industriais uma vez que o consenso se limitava fundamentalmente à condenação do Estado-empresário, sem conseguir avançar para um acordo básico sobre questões como o grau e o ritmo de privatização e liberalização comercial (id., *ibid.*).

A percepção de que o empresariado teve uma atuação fraca e errática durante o período das reformas liberalizantes – quando muitas indústrias brasileiras faliram, foram adquiridas por empresas estrangeiras ou a elas se fundiram – deu novo impulso à visão de que os industriais brasileiros são um grupo politicamente débil e desorganizado. Mancuso identifica nessa retomada uma quarta onda de trabalhos, cujos principais expoentes são autores brasilianistas como Kurt Weyland, Timothy Power e Mahrukh Doctor. Para eles, a causa dessa fragilidade estaria no sistema corporativista de representação de interesses, cujos fundamentos são a unicidade sindical e a contribuição sindical obrigatória, o que prejudicaria a representatividade das entidades setoriais e impediria a existência de uma entidade de cúpula multissetorial.

Essa visão é desafiada pelos autores da quinta onda, da qual o próprio Mancuso é um dos principais expoentes. Mancuso (2007) observa que houve uma significativa mobilização dos industriais nos anos 1990 em torno da bandeira da redução do chamado “custo Brasil” – aprimoramento da infraestrutura, redução da carga tributária e flexibilização da legislação trabalhista, principalmente – em resposta aos desafios de competitividade interna e externa impostos pela liberalização. Diniz (2010) também discorda dos brasilianistas ao ver uma atuação forte das entidades de classe na defesa das reformas, a exemplo da publicação em 1990 por parte da Fiesp do livro “Livre para Crescer”. Para a autora, o problema foi que essa posição provocou um descolamento entre as organizações e os empresários e setores prejudicados pela liberalização. Foi só na segunda metade da década de 1990 que as entidades assumiram um discurso mais crítico, denunciando o que viam como tratamento privilegiado ao capital estrangeiro, fechamento do processo decisório e falta de uma política industrial (id., *ibid.*).

As reformas resultaram em uma reestruturação do setor industrial, com destaque para a desnacionalização e para a formação de grandes conglomerados. A estagnação

econômica e o encolhimento do setor privado nacional consequentes levaram a um amplo descontentamento com as forças políticas no poder, o que contribuiu para a vitória de Lula em 2002. O novo governo levou ao poder nomes ligados ao novo-desenvolvimentismo, como Guido Mantega e Luciano Coutinho, e buscou institucionalizar canais de negociação com a sociedade civil na tentativa de acomodar diferentes interesses, incluindo líderes empresariais, inaugurando um novo período de maior papel do Estado na economia (BRESSER-PEREIRA E DINIZ, 2009).

5. Conclusão

Em seu primeiro mandato, Dilma Rousseff reformulou a política industrial que vinha sendo praticada até então. Contando com o apoio de uma aliança de empresários e trabalhadores, a presidente apostou na criação de um ambiente econômico que atraísse e estimulasse o investimento industrial privado, mirando com isso o desenvolvimento econômico e o incremento da renda da população. O projeto não funcionou, a aliança ruiu, e Dilma tornou-se a segunda presidente brasileira do período democrático a sofrer um impeachment, após forte campanha liderada pela maior entidade do empresariado industrial do país.

Para entender como passamos de um momento ao outro, um grupo destaca-se: o empresariado industrial. E, dentro dele, a Fiesp.

Ao retomarmos o período Dilma, observamos que a entidade teve um papel político notório e contraditório: em um primeiro momento, foi uma das principais apoiadoras da política econômica da presidente, cujo programa para indústria adotou parte substancial da agenda defendida historicamente pelo empresariado, como redução da taxa de juros e ampliação do crédito subsidiado. Esse apoio inicial, contudo, foi substituído ao longo do primeiro mandato da presidente por uma postura crítica, cujo ponto de virada podemos marcar nos protestos de rua de junho de 2013, quando a sede da Fiesp, na avenida Paulista, foi iluminada nas cores da bandeira nacional – associada aos descontentes com o governo federal – durante as manifestações. A oposição cresceu ao longo do segundo mandato, embora inicialmente a entidade tenha preferido críticas pontuais (ao aumento da taxa de juros e de tributos) do que assumir um antagonismo total. Essa posição moderada, contudo, é abandonada oficialmente em dezembro de 2015 – final do primeiro ano do segundo mandato de Dilma – quando a Fiesp se coloca a favor

do impeachment e assume um papel de proeminência ao emprestar seu pato anti-CPMF aos manifestantes que demandavam a saída da presidente.

A oscilação da Fiesp é evidenciada pela mudança no tom das críticas e nos alvos da entidade na imprensa, sobretudo na voz de seu presidente, Paulo Skaf. Análise de posicionamentos em redes sociais vão no mesmo sentido, apontando uma crescente oposição à Dilma entre a reeleição da petista e seu afastamento. O movimento é paralelo ao aumento da rejeição da população à presidente e ao declínio da confiança do empresariado industrial – paulista e nacional – em relação ao seu negócio, à economia em geral e ao país, o que indica que a mudança de comportamento da Fiesp não foi descolada de sua base.

Há diferentes hipóteses para esse realinhamento, de natureza política, econômica ou puramente eleitoral. Há poucas evidências empíricas até o momento que sustentem de forma sólida qualquer uma delas, contudo. Algumas questões em aberto que precisam ser respondidas nesse debate são: o que levou a Fiesp em um primeiro momento a apoiar o projeto de Dilma? Houve um conflito interno na coalizão de apoio à presidente, anterior ao seu desmoronamento? Em que momento ocorre a defecção do empresariado industrial dessa coalizão, e quais interesses em comum ele tem com a coalizão rentista para unir-se a ela? O engajamento da Fiesp é fruto da posição de sua base social, em um movimento de baixo para cima, ou pauta essa posição, de cima abaixo? Como diferenciar a atuação da entidade como representante dos interesses do empresariado, da atuação como representante da figura política de Skaf? Essas são algumas perguntas cujas repostas precisam ser pesquisadas para uma interpretação mais sofisticada do que ocorreu no período Dilma e do comportamento político do empresariado industrial brasileiro.

6. Bibliografia

BIANCHI, Álvaro. **Um ministério dos industriais**: a Federação das indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas: Unicamp, 2010.

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRAGA, Sérgio; MONTROSE, Edilson. Do questionamento da política econômica do governo Dilma à campanha pelo “Impeachment Já”: a ação política das frações

empresariais brasileiras nas mídias sociais na conjuntura recente. In: **X Workshop Empresa, Empresários e Sociedade**, Porto Alegre, nov. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. Empresariado Industrial, democracia e poder político. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 84, pp. 83-99, julho/2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A desconstrução do Brasil. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 27 dez. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opinia/2016/12/1844805-a-desconstrucao-do-brasil.shtml>. Acesso em: 23 ago. 2017.

_____. **Empresários e Administradores no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974. 239 p.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964. 196 p.

_____. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 9-27, jan. 1983.

DIEGUEZ, Consuelo. O candidato S. **Revista Piauí**, n. 95, ago. 2014. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-candidato-s>. Acesso em: 23 ago. 17.

DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 101-139, out. 2010.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 101-119, 1993.

FIESP. Pato gigante representa indignação dos brasileiros, diz Skaf. **Agência Indusnet Fiesp**, 29 mar. 2016. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/pato-gigante-representa-indignacao-dos-brasileiros-diz-skaf>. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. Fiesp e centenas de entidades publicam anúncio pelo impeachment já! **Agência Indusnet Fiesp**, 29 mar. 2016. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-centenas-de-entidades-publicam-anuncio-pelo-impeachment-ja>. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. Fiesp e Ciesp definem apoio a processo de impeachment. **Agência Indusnet Fiesp**, 14 dez. 2015. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-ciesp-definem-apoio-a-processo-de-impeachment>. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. **Plano Brasil Maior 2011/2014: análise dos instrumentos**. Departamento de Competitividade e Tecnologia, ago. 2011. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=1969>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. **Plano Brasil Maior: análise das principais medidas anunciadas (abril/2012)**. Departamento de Comércio Exterior e Relações Internacionais e Departamento de Competitividade e Tecnologia, abr. 2012. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=10829>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. **Balanco de 2011, perspectivas para 2012 e crise econômica**. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos, jan. 2012. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=4292>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. **Balanco de 2013 e perspectivas para 2014**. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos, jan. 2014. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=136624>. Acesso em: 22 fev. 2018.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Uma análise do Plano Brasil Maior**. Disponível em: http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_486_uma_analise_do_plano_brasil_maior.html. Acesso em: 16/08/2017.

MANCUSO, Wagner. **O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Humanitas Edusp, 2007. 228 p.

_____. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 28, p. 131-146, jun. 2007.

SERRANO, F., SUMMA, R. 2015. **Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014**. Center for Economic and Policy Research, Washington, D.C.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo: A que ponto chegamos?**. São Paulo: Boitempo, 2016. Cap. 1. p. 21-54.

_____. Cutucando onças com vara curta: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014). **Novos estudos Cebrap**, n. 102, 2015.

VIZIA, Bruno. Para Fiesp, Plano Brasil maior é “início correto”. **Valor Econômico**, 2 ago. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/971224/para-fiesp-plano-brasil-maior-e-%E2%80%9Cinicio-correto%E2%80%9D>. Acesso em: 23 ago. 2017.